

# Senado na oposição pode complicar Collor

CORREIO BRAZILIENSE

CEZAR MOTTA

O presidente Fernando Collor de Mello poderá experimentar uma situação só vivida por dois antecessores na história moderna da República, a de não ter maioria dentro do Senado. Para isto, será decisivo o sucesso ou o fracasso de seu plano econômico, e, até mesmo, um sucesso relativo, pode levá-lo à condição de minoritário, o que só aconteceu, desde 1946, com Jânio Quadros e José Sarney.

A maioria no Senado é fundamental para governar, porque tem que passar pela Casa desde os projetos maiores de interesse do Governo, até uma simples nomeação de embaixador em qualquer país estrangeiro, bem como as indicações de ministros para tribunais superiores. E entre as emendas ao plano econômico, por exemplo, uma que tem grandes chances de aprovação pelo plenário do Congresso (Câmara e Senado reunidos) é a que exige o exame e aprovação pelo Senado de qualquer proposta de privatização de empresa estatal.

Por enquanto, dos 75 senadores, 33 são oposicionistas declarados, segundo um cálculo do senador Divaldo Suruagy (PFL-AL), e dos 42 restantes, há um grupo que espera uma definição mais clara do desempenho do Governo e sua aceitação popular para então tomar posição. "As coisas

aqui são mais nítidas do que na Câmara, até porque o número de parlamentares é menor. O plano do Governo será decisivo para delimitar melhor as coisas", diz Jarbas Passarinho, um dos mais experientes dos que mais conhecem a Casa e as peculiaridades dos colegas. A ausência de uma minoria clara no Senado leva qualquer Governo a situações constrangedoras, como provaram as verdadeiras batalhas que tinha que travar o presidente José Sarney para, por exemplo, nomear seus amigos Edson Vidigal e Aluizio Alves, respectivamente, para o TFR (hoje Tribunal Superior de Justiça) e o STM. Paulo Brössard só conseguiu ter sua indicação para o STF aprovada sem maiores obstáculos graças ao prestígio pessoal que desfrutava no Senado.

Por enquanto, o que se tem visto são as claras dificuldades do líder do Governo na Casa, José Ignácio (sem partido-ES), e seus vice-líderes João Menezes (PDC) e Ney Maranhão (PRN-PE) em enfrentar o brilho pessoal e a experiência de senadores como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho. "Não haverá dificuldades, porque eu tenho certeza de que o interesse do País vai prevalecer e o Governo terá maioria sempre que for necessário", diz, com a cautela habitual, o líder do PFL, Marco Maciel, que só não lidera a ban-

cada governista porque terá uma dura disputa pela reeleição em Pernambuco este ano.

## PMDB

Como sempre, o maior dos partidos é também o de perfil menos definido. O líder da bancada, Ronan Tito (MG), está seguindo a linha do deputado Ulysses Guimarães. Empenha-se em afirmar o Congresso como poder independente e busca costurar um partido sempre ameaçado de ruptura interna. Teoricamente, está na oposição. Mas há casos de governo explícito e frontal dentro do partido que se diz de oposição. O maior exemplo é o de Leite Chaves (PR), que renunciou à vice-liderança para apoiar o Governo. Outro é o de Gerson Camata (ES), que nunca se sentiu confortável no papel de oposição. Há ainda o do próprio presidente da Casa Nelson Carneiro, que embora procure manter a imagem do Senador e uma postura de magistrado, apóia claramente o Governo e as iniciativas do Presidente da República.

Com 13 senadores, está conseguindo manter uma unidade pró-Governo. Por enquanto, a exceção evidente é a de Divaldo Suruagy, um inimigo mortal do presidente Collor por questões regionais de Alagoas. Suruagy preocupa-se atualmente em organizar um bloco oposicionista,

no qual já contabiliza 33 nomes. Quando resolveu promover um jantar em torno do então presidente eleito, Collor de Mello, em um restaurante de Brasília, o líder da bancada, Marco Maciel, não vacilou em escolher justamente o dia do aniversário de Suruagy, para evitar constrangimentos. Mas há outros sinais de independência dentro da bancada. É o caso, por exemplo, de João Lobo, do Piauí, e de Alexandre Costa (MA), amigo do ex-presidente Sarney, que em conversas com os colegas não se mostra engajado no esforço de apoio ao Governo, embora não assuma uma postura de hostilidade franca.

## PSDB

Com 12 senadores, também consegue manter uma postura: oficialmente, é oposição. Mas não se nega a discutir todas as propostas do Governo e apoiar as que considera de interesse nacional. Em relação ao plano econômico, por exemplo, suas principais cabeças viram no pacote muitos pontos positivos, embora pretendam fazer correções típicas. O líder Fernando Henrique Cardoso ocupa-se em negociações para emendar o plano e, por causa disso, pouco tem comparecido ao plenário. Esta tarefa tem cabido mais a Jutahy Magalhães, o mais assíduo dentre todos, e Mário Covas. Os dois têm sido

críticos duros do pacote e do Governo.

## PDS

A bancada é pequena, apenas dois senadores. Mas, curiosamente, apesar de o PDS ser um partido execrado pela sustentação que deu ao regime militar, seus dois senadores estão entre os mais respeitados de todos e são referenciais obrigatórios para qualquer negociação que envolva o Senado. São também, sem dúvida, brilhantes e agudos oradores. Mas Jarbas Passarinho e Roberto Campos estão em posições diferentes em relação ao pacote. Campos, inicialmente um crítico, devido ao congelamento de preços e ao que apontava como excessivo controle da economia pelo pacote, hoje apóia tanto o Governo quanto o plano, quase incondicionalmente. Passarinho apóia alguns pontos mas discorda de outros e, por causa disso, mantém postura de independência e expectativa.

Os demais partidos estão assim: o PRN de Collor tem dois senadores, João Castelo e Ney Maranhão; o PDT tem cinco e, à exceção de Maurício Corrêa, do DF, faz oposição cerrada ao Governo; o PTB tem também quatro e tende a apoiar Collor; o PSB tem dois, de oposição, e o PDC sete, todos radicalmente situacionistas, à exceção de Mauro Borges (GO).

\* 2 ABR 1990